



Turismo de Pesca e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”

Fishing Tourism in the Amazon: reflections on the “work waters” category

Mayra Laborda, Elenise Faria Scherer

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a categoria *águas de trabalho* no contexto do turismo de pesca realizado por comunidades ribeirinhas na Amazônia. Nesse intento, conduziu-se uma pesquisa de cunho bibliográfico focando nos estudos voltados à compreensão do *modus vivendi* ribeirinho e à relevância da água nesse contexto. Além disso, foi feita uma análise documental nos diários de campo de uma das autoras, que estudou experiências de turismo em cerca de cem comunidades amazônicas, entre 2016 e 2023. A síntese que se pode estabelecer é que a categoria *águas de trabalho*, inicialmente pensada para descrever o ambiente aquático no qual se realiza a pesca de autossustento, é potencialmente ampliável para entender e comportar a dinâmica da pesca esportiva em comunidades ribeirinhas. Embora majoritariamente a pesca esportiva nos territórios tradicionais seja forjada com objetivos econômicos concentrados, visando maximização de lucros e mercantilização da natureza, busca, simultaneamente, benefícios coletivos e solidários, como a manutenção de lagos comunitários, perpetuação de saberes ribeirinhos e organização para a defesa do território. Ademais, a pesca esportiva é uma atividade presente em diversas comunidades amazônicas e não pode ser deixada de lado na análise sobre a relação dos ribeirinhos com as águas.

PALAVRAS CHAVE: Águas de Trabalho; Turismo de Pesca; Ribeirinhos; Amazônia; Pesca Esportiva.

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the category of "work waters" within the context of recreational fishing tourism conducted by riverside communities in the Amazon. In pursuit of this objective, bibliographical research was conducted with a focus on studies aimed at comprehending the riverside way of life and the significance of water in this context. Additionally, a documentary analysis was carried out on field diary belonging to one of the authors, who studied tourism experiences in approximately one hundred Amazonian communities between 2016 and 2023. The synthesis that can be established is that the category of "work waters," originally conceived to describe the aquatic environment in which subsistence fishing takes place, has the potential to be expanded to encompass and understand the dynamics of recreational fishing in riverside communities. While recreational fishing in traditional territories is predominantly driven by economic goals and individual objectives, seeking profit maximization and the commercialization of nature, it simultaneously pursues collective and cooperative benefits, such as the maintenance of communal lakes, the perpetuation of riverside knowledge, and organization for territorial defense. Furthermore, recreational fishing is a prevalent activity in numerous communities in the Amazon and cannot be overlooked in the analysis of the relationship between riverside communities and water resources.

KEYWORDS: Work Waters; Fishing Tourism; Ribeirinhos; Amazon; Sport Fishing.

Introdução

Os ribeirinhos¹ pautam suas sociabilidades a partir dos rios e lagos que margeiam seus territórios. Para realizar suas atividades de autossustento, desenvolveram ao longo dos séculos processos de adaptabilidade ambiental e social, de modo a lidar com o tempo ecológico que promove a subida e descida dos rios, “*em um delicado equilíbrio entre a vida humana e a biodiversidade*” (WITKOSKI, 2010, p. 33).

De acordo com Cunha (2000), a água é repleta de elementos imagéticos e, dialogicamente, é substância (matéria) e símbolo (imagem), o que resulta em valores e significados distintos, conforme o viés da análise. Ao pensar a água enquanto matéria, recorre-se aos recursos, dentre outros, de potabilidade, fonte de proteína, balneabilidade, mobilidade, higiene e lazer. Como símbolo, remete-se aos hábitos culturais, habilidade de navegação, técnicas de manejo, e a relação de pertencimento com o ambiente aquático, incluindo a ictiofauna, que rege majoritariamente seus saberes e fazeres, com destaque para a pesca.

A pesca é uma atividade presente no cotidiano de diversos povos e comunidades tradicionais do Brasil, sobretudo as comunidades ribeirinhas da Amazônia. Além de representar importante fonte de proteína, é utilizada com fins comerciais e recreativos, além do simbolismo cultural, uma vez que está presente no cotidiano das comunidades ribeirinhas.

O turismo de pesca, por sua vez, se apropria desse ambiente/dessa cultura visando à maximização de lucros, imprimindo uma lógica individualista, ao mesmo tempo em que desperta senso de solidariedade e coletividade. A pesca esportiva é uma atividade presente em diversas comunidades ao redor da Amazônia e não pode ser deixada de lado na análise sobre o mundo das águas e a relação dos ribeirinhos com ela. Assim como em outros tipos de pesca, respeita o ciclo das águas e, do mesmo modo que a pesca artesanal, a pesca esportiva também visa o autossustento das famílias, inclusive a obtenção de proteína animal, ainda que de forma indireta.

Lopes *et al.* (2022) sinaliza que há uma tendência de pescadores artesanais trabalharem com o turismo de pesca, motivados, sobretudo, pelos benefícios econômicos e possíveis condições de trabalho menos degradantes. Além de uma alternativa econômica viável, o turismo de pesca é capaz de manter aspectos da cultura pesqueira por meio do conhecimento ribeirinho aplicado às dinâmicas de pesca esportiva. Ademais, pode proporcionar manutenção, conservação e restauração de estoques pesqueiros, desde que realizado de forma ordenada e rigorosa, contemplando, minimamente, inventário e diagnóstico turísticos; monitoramento ambiental e qualificação dos trabalhadores (LOPES *et al.*, 2022). O que geralmente não ocorre, principalmente no território amazônico, em que as condições logísticas e ecológicas dificultam e tornam onerosas a realização de pesquisas e diagnósticos.

É nesse ínterim que o presente estudo se justifica, uma vez que se intenta com uma nova possível categoria de análise – águas de trabalho para o turismo - ampliar os debates acerca da pesca esportiva sob a luz de uma análise crítica que contemple a complexidade da vida ribeirinha amazônica, a resiliência dos estoques pesqueiros e a dialética no par fenômeno/atividade (FRATUCCI, 2014) do turismo de pesca, considerando as benesses econômicas e os efeitos sociais e ecológicos sobre o território.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo foi analisar a categoria *águas de trabalho* sob a ótica do turismo de pesca realizado por comunidades ribeirinhas na Amazônia. Para tanto, teve como objetivos específicos entender a

dinâmica da pesca para os ribeirinhos e analisar como o turismo se utiliza das *águas de trabalho* na pesca esportiva.

O estudo possui natureza qualitativa e se baseou na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal obra analisada o livro de Witkoski, publicado originalmente em 2007, “Terras, Florestas e Águas de Trabalho”, que enfoca os ribeirinhos e as formas com as quais se relacionam com a natureza. Consultamos as bases científicas e repositórios acadêmicos, a saber: Science Direct, Redalyc, Scielo, Teses e Dissertações da CAPES, TEDE-UFAM e Repositório Digital do INPA. No primeiro momento, a ideia foi reunir textos que pudessem subsidiar o livro central de análise. Para tanto, buscou-se por categorias relacionadas a ribeirinhos, pesca na Amazônia, turismo e pesca esportiva, modo de vida do ribeirinho, entre outras palavras-chave pertencentes ao mesmo universo categorial.

Além disso, fez-se uso de pesquisa documental, com análise a cadernos de campo de uma das autoras, que continham conteúdos relacionados a consultorias de Turismo de pesca no Baixo Amazonas; e análise de relatórios técnicos e banco de dados disponíveis nas páginas virtuais da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Amazonas, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas.

Após o levantamento de dados, a sistematização e análise dos dados foi realizada segundo a análise de conteúdo preconizada por Bardin (2004), de modo que os dados coletados foram organizados em cinco principais categorias, comportando as principais categorias de análise identificadas na obra de Witkoski (2010), quais sejam: modo de vida; pesca artesanal; pesca comercial; pesca esportiva; pistas para uma nova categoria (*águas para o turismo*).

Este estudo, de caráter ensaístico, está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na seção 2, a seguir, apresenta-se o conceito “*águas de trabalho*” evocado por Witkoski (2010) a partir de uma releitura de Garcia Jr. (1983) e suas análises acerca dos ribeirinhos amazônicos. Logo depois, na seção 3, descreve-se um breve panorama sobre o turismo de pesca na Amazônia. Posteriormente, na seção 4, discute-se e analisa-se os dados e as reflexões suscitadas que possibilitaram a elocubração acerca de uma nova categoria. Por fim, pontua-se os principais pontos críticos discutidos ao longo do estudo, bem como seus limites e perspectivas, sem perder de vista a noção de um estudo em construção.

Águas de Trabalho: um convite à categoria-tema

Os desafios coetâneos dos ribeirinhos envolvem, no formato interdisciplinar, o uso dos recursos naturais por intermédio da relação: terras-florestas-águas de trabalho. No viés da várzea amazônica, a utilização das *águas de trabalho* molda a vivência e a psicologia da vida local, visto que a funcionalidade deste recurso é uma característica ímpar para cada residente, seja como fonte de alimentação, transporte por vias fluviais, recurso de lazer e balneabilidade, entre outras (CUNHA, 2000; WITKOSKI, 2010).

Conforme Witkoski (2010, p. 12), “o camponês amazônico é possuidor de vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terra, floresta e água, onde trabalham e vivem”, a partir de um processo de adaptabilidade desenvolvido durante séculos na Amazônia.

Dessa forma, o processo adaptativo e a sazonalidade das águas marcam o tempo de trabalho e o tempo de produção. Portanto, cabe na reflexão deste estudo compreender a sustentabilidade nas atividades desenvolvidas. Logo, é de suma

importância refletir sobre o lugar do indivíduo nessa sociedade (*habitus*, gerações, adaptabilidade, espaço-tempo) e os saberes e fazeres repassados de geração em geração por intermédio de relatos orais e trabalhos simultâneos que envolvem a terra, a floresta e a água (WITKOSKI, 2010).

De acordo com Witkoski (2010), os ambientes aquáticos são divididos em duas grandes unidades, a saber: os rios, territórios públicos; e os lagos, comumente compreendidos como territórios coletivos. É, portanto, essa unidade formada pelos rios e lagos que Witkoski (2010) intitula *águas de trabalho*.

As águas de trabalho são as responsáveis pela maior parte da produção de proteína animal necessária à vida camponesa [...] sem a abundante proteína proveniente da ictiofauna e sem o carboidrato oferecido pela farinha de mandioca, a vida na várzea certamente seria muito mais difícil, senão impossível (WITKOSKI, 2010, p. 290).

Dentro do contexto do par dialógico homem/natureza, cabe destacar a atualização da divisão sexual do trabalho, que em tempos passados ocorria predominantemente no campo: homens na pescaria e em trabalhos de construção. Mulheres na manutenção do lar, colheita e educação. Contexto constantemente ressignificado, ao passo que, hoje, é possível encontrar mulheres participando e também no comando da pesca (Figura 1), a exemplo do que ocorre no Baixo Amazonas com as camaroeiras (DIOGENES; SCHERER, 2014; MORAES, 2010).



Figura 1: Pescadora com arpão para pescar pirarucu
Figure 1: Fisherwoman with a harpoon to catch pirarucu
Fonte: Moraes (2010).
Source: Moraes (2010).

Witkoski (2010, p. 191), reflete que “*sem a enchente e a cheia, que fertilizam [...] a terra. E sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como terras de trabalho não seriam possíveis*”.

O ambiente aquático mais procurado pelo pescador artesanal/comercial é o lago, tanto para captura de peixes de escama quanto para a captura do peixe liso. A Figura 2 retrata uma pescaria nos lagos. O ribeirinho conhece e respeita a quantidade de peixes que deve ser retirada dos lagos. No período da seca, os pescadores travam diversos conflitos com os pescadores comerciais, pescadores citadinos e, como veremos ao longo do texto, praticantes da pesca esportiva.



Figura 1: Famílias de Amanã pescando

Figure 1: Amanã families fishing

Fonte: Moraes (2010).

Source: Moraes (2010).

Na cheia, o ribeirão deixa de ser, provisoriamente, agricultor, para se tornar essencialmente pescador. A pescaria é considerada como um dos elementos mais importantes da integração social da vida na várzea amazônica (intra e intercomunitária). Na seca, os conflitos são bem mais intensos, principalmente, entre pescador citadino (armador) x pescador artesanal x ribeirinhos que eventualmente trabalham com a pesca comercial para sobreviver. Nessa relação ocorre o impacto na vida socioeconômica das comunidades ribeirinhas. A pesca comercial predatória é uma das motivações do conflito, situações que envolvem o uso de lagos de procriação para uso de pesca comercial e pescadores comerciais exógenos que destroem a fauna aquática são uma das problemáticas nesse contexto amazônico.

Há ainda uma outra fonte de conflitos pouco abordada por Witkoski (2010), a pesca esportiva. Embora a modalidade seja praticada em todas as regiões brasileiras, é na Amazônia (principalmente na bacia dos rios Negro, Madeira, Xingu e Tapajós), e especificamente no Amazonas, que se encontram os principais destinos do país, sendo que muitos estão inseridos em Unidades de Conservação de uso sustentável ou no entorno delas, majoritariamente em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (RESEX) (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019; SANTOS; CONTI, no prelo), sobretudo pela presença do tucunaré-açu (*Cicla themensis*), espécie cobiçada pelos pescadores esportivos.

Na seção a seguir, será apresentado um panorama sobre a pesca esportiva na Amazônia e a relação dos ribeirinhos com essa atividade.

Turismo de Pesca na Amazônia

O Amazonas é o berço do turismo praticado em áreas naturais, em virtude da repercussão imagética de sua megabiodiversidade e da visão anacrônica de Amazônia exótica, primitiva e intocada (GONDIM, 1994; RAMOS, 1995), comumente divulgada nos veículos publicitários de turismo. Dentre as modalidades praticadas no contexto não urbano, destaca-se o turismo de base comunitária e o turismo de pesca, tendo este último os principais destinos do país em território amazonense, como Balbina, Uatumã e Barcelos.

O turismo de pesca, segundo o Ministério do Turismo (2010), compreende um conjunto de atividades turísticas com finalidade de pesca amadora. O conceito elaborado pelo MTUR entende dois aspectos como essenciais para se caracterizar

um turismo de pesca, quais sejam: a) a prestação de atividades e serviços para viabilizar a pesca esportiva a pessoas que se deslocam de suas residências habituais; b) essa pesca deve ser realizada seguindo regras específicas de modalidade amadora pesque e solte, prezando pelo menor impacto possível à ictiofauna e pela não comercialização dos peixes.

Cabe, contudo, esclarecer uma defasagem na publicação do Ministério do Turismo (2010), que entende as atividades de pesca esportiva e pesca recreativa como uníssonas e sinônimas de pesca amadora. Contudo, o Decreto de Lei no 39.125, de 14 de junho de 2018, que regulamenta a pesca amadora no Amazonas, esclarece que a pesca amadora é subdividida em pesca esportiva e pesca recreativa, sendo a recreativa comumente realizada por excursionistas e moradores do local de pesca, com ínfimo ou nenhum uso dos serviços turísticos, enquanto a pesca esportiva está diretamente relacionada a fins de turismo, utilizando o conjunto de equipamentos, serviços e atividades voltadas para o turismo de pesca. Neste estudo, portanto, entende-se a atividade de pesca amadora esportiva como motivação e finalidade do turismo de pesca.

No que concerne às políticas públicas estaduais, o turismo de pesca figura como segmento prioritário desde o primeiro plano de turismo do estado, o Plano Vitória-régia, publicado em 2008. Entretanto, embora o plano mencionasse a necessidade do desenvolvimento de um turismo de pesca baseado no desenvolvimento sustentável, categoria-conceito em voga à época, não evidenciava a preocupação com os locais em que a pesca esportiva poderia ser realizada, nem mesmo quando presente em áreas protegidas (SANTOS; CONTI, *no prelo*).

Diante disso, o turismo de pesca no Amazonas nasce no bojo lacunoso de políticas públicas deficitárias que convergiram na intensificação dos conflitos ambientais relacionados à pesca, incluindo a pesca esportiva, presentes em diversas partes do estado, o que não impediu a ascensão da atividade que, hoje, está entre as principais práticas econômicas de alguns municípios do estado, ainda que praticada de maneira predatória.

O estado do Amazonas é procurado o ano inteiro por turistas de diversos países e, também, do Brasil, principalmente das regiões sul e sudeste. No período da vazante e seca, que vai de agosto a dezembro, se transforma no principal foco para os praticantes da pesca esportiva. Pode-se atribuir o crescimento do fluxo de turistas na temporada de pesca esportiva à divulgação nacional e internacional que o Governo do Estado realiza, por meio da Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), e, também, à presença abundante de grandes exemplares de tucunarés, em rios de águas pretas da bacia amazônica, por ser esta a origem da espécie (CANAS, 2012; SANTOS, 2019). Entre os municípios amazonenses conhecidos pela prática de “pesca esportiva”, estão aqueles localizados na calha do Rio Negro e na calha do rio Uatumã: Autazes, Barcelos, Nova Olinda, Borba, Presidente Figueiredo, Carreiro e Santa Izabel do Rio Negro (CANÃS, 2012, p.23).

O fluxo de turistas de pesca cresce vertiginosamente no estado. Em 2018, a emissão de carteira da pesca esportiva e recreativa aumentou em 389%. Segundo dados da Amazonastur (2018; 2019; 2020), divulgados durante o 1o Workshop de Pesca Esportiva do Amazonas, a atividade atrai mais de 20 mil turistas por ano e movimenta mais de 100 milhões de reais no estado, gerando renda direta em cerca de 28 municípios, abrangendo principalmente o setor de serviços – meios de hospedagem, agências de turismo, piloteiros, restaurantes, lojas de pesca, dentre outros. Segundo a Amazonastur (2023), espera-se, para a temporada de 2023, entre

agosto de 2023 e março de 2024, a presença de 30 mil turistas no Amazonas, movimentando cerca de R\$500 milhões de reais.

Os discursos oficiais que incentivam e promovem a pesca esportiva no Amazonas se sustentam sob o argumento econômico supracitado nos parágrafos anteriores, e comumente invisibilizam os conflitos existentes. De acordo com Oviedo e Burzstyn (2003) e Santos, Silva e Conti (2019), em função do declínio da capacidade de resiliência dos estoques pesqueiros e a ausência de gestão governamental efetiva na regulamentação da pesca, os conflitos se intensificaram, não só em quantidade, mas também em nível de profundidade, com relatos de violência física e confronto armado.

Em muitos casos, pescadores locais, que vivem ao redor dos lagos, confrontam pescadores “de fora” que utilizam artes com maior poder de pesca. Para defender as suas áreas de pesca, que elas consideram de propriedade da comunidade, muitas comunidades da várzea começaram a desenvolver e implementar sistemas ou regras de manejo (OVIEDO; BURSZTYN, 2003, p. 188).

Esses conflitos envolvem, ainda, segundo Santos, Silva e Conti (2019), pescadores esportivos, que são vistos pelos ribeirinhos como “forasteiros/invasores/predadores” de modo similar aos pescadores comerciais de fora do território da comunidade. Nesse contexto, as águas se tornam territórios em disputa; e a pesca, ofício a ser requestado de modo inamistoso.

Silva e Lima (2015) ao entrevistarem pescadores artesanais do Rio Branco, em Roraima, notaram a preocupação de grande parte dos interlocutores em perder seus lagos de autossustento para os turistas. “*A pesca é negativa porque os turistas têm privilégios de pescar nas áreas onde têm várias espécies de peixes e só é permitido suas entradas, sendo proibidas a entrada dos pescadores profissionais*” (SILVA; LIMA, 2015, p. 798),

Nesse contexto de território em disputa, Witkoski (2010) destaca que os ribeirinhos da calha do Solimões e Amazonas passam a compreender a ameaça latente ao meio aquático, de onde retiram sua principal fonte de proteína. Segundo o autor, é nesse ínterim que surge a subdivisão retomada na seção anterior: rios e lagos. Quanto aos lagos, tem-se: *lagos de procriação* (lagos sagrados); *lagos de manutenção* (autossustento da família ribeirinha); e *lagos livres* (destinados à pesca comercial). Aqui, propõe-se a ampliação da categoria lagos livres, de modo que contemplem a prática da pesca esportiva.

Embora não seja foco deste artigo, cabe mencionar os estudos que apontam críticas no sentido de proibição da pesca esportiva, sobretudo quando realizada em áreas protegidas, considerando que no Amazonas o *lôcus* do turismo de pesca está localizado majoritariamente nestes territórios. Angel e Simonian (no prelo) refletem sobre a recente proibição da pesca esportiva na Colômbia, sob o argumento de o Estado não cumprir com seu direito de proteção dos recursos naturais e dos animais, além de violar os direitos constitucionais da educação ambiental. Saraiva e Vitória (2022), por sua vez, discutem a pesca esportiva na Amazônia Brasileira do ponto de vista do direito dos animais, sintetizando que pesca esportiva e sustentabilidade são contraproducentes.

Assim, o objetivo deste estudo é refletir teoricamente o cenário da pesca esportiva a partir dos modos de vida dos ribeirinhos, pautando a mudança que essa atividade introduz no calendário de trabalho, sem, contudo, ignorar os conflitos.

Águas de Trabalho para o Turismo: breves elucubrações sobre uma possível categoria de análise

A pesca esportiva é uma atividade de trabalho que compõe o calendário ecológico de trabalho ribeirinho, sendo realizada de acordo com o ciclo das águas, de maneira temporária e visando o autossustento das famílias. Para Santos e Conti (no prelo), as funções exercidas pelos ribeirinhos do Baixo Amazonas durante a temporada de pesca, seja piloteiro ou camareira, têm funcionalidade muito específicas: vender a força de trabalho em troca do necessário para sua reprodução social. Ainda que em moldes distintos daqueles observados nos centros urbanos.

A pesca esportiva se utiliza do mesmo ambiente e são os pescadores ribeirinhos, artesanais e comerciais, que prestam serviços aos turistas. Contudo, a lógica da pesca esportiva está subsumida em uma lógica individualista e de competitividade, seja por parte dos trabalhadores, o que de certo modo se assemelha ao *modus operandi* de alguns pescadores comerciais, seja por parte das empresas de turismo, e mesmo dos pescadores esportivos/turistas.

Os ambientes utilizados para a pesca esportiva são os lagos. Considerando a ampliação proposta na Seção 3 deste estudo, o turismo de pesca, em tese, deve ocorrer nos *lagos livres*. No entanto, Santos (2019), Santos, Silva e Conti (2019) e Santos e Conti (no prelo) observaram que em algumas regiões do Baixo Amazonas há uma tendência de abertura dos *lagos de procriação* e dos *lagos de manutenção*. Segundo as autoras, conforme o turismo de pesca avança nos territórios de povos e comunidades tradicionais, sobretudo em Unidades de Conservação, as benesses econômicas passam a cancelar subversões nas regras de pesca. Assim, lagos que, antes, eram considerados sagrados e voltados à manutenção da resiliência do estoque pesqueiro, visando o bem viver da comunidade local, são abertos para a prática da pesca esportiva.

Compreende-se que as *águas de trabalho*, antes principal recurso para fonte da proteína animal, ampliam-se e ressignificam-se para, agora, também, ser fonte indireta para a obtenção de *bens de prestígio* (WITKOSKI, 2010), bens que não são produzidos e nem podem ser adquiridos dentro da comunidade, é preciso buscar fora dela, como eletrodomésticos, por exemplo. O ribeirinho amazônico presta serviços em troca de dinheiro, para que desse modo tenha acesso a bens de fora da comunidade, ou mesmo, outros tipos de proteína, como a carne vermelha, ou ainda combustível para embarcações, entre outros.

A ligação com o ambiente aquático para a pesca esportiva também se dá com extrema *plasticidade*, do mesmo modo que a utilização do ambiente para o autossustento e/ou pesca comercial. A pesca esportiva ocorre uma vez por ano, durante a temporada de pesca, geralmente no período da vazante. Para Santos e Conti (no prelo, p. 04):

há um abandono das funções e do uso social do território para o recebimento de novas atribuições e sociabilidades. O território que, anteriormente, era organizado em prol do autossustento e bem viver dos grupos sociais locais, balizado pelos valores simbólicos, converte-se em um território com fins pragmáticos e funcionais, voltado para a satisfação de agentes externos: o turista.

Cabe destacar que a pesca esportiva é vista sob um par dialógico, atividade de autossustento-atividade comercial. Ao mesmo tempo em que se abrem os territórios

para fins comerciais, visando à obtenção de lucro econômico, objetiva-se também a garantia do autossustento dos ribeirinhos envolvidos na atividade, e também daqueles não envolvidos, uma vez que em boa parte das comunidades em que a atividade de pesca esportiva acontece há uma parcela econômica destinada a melhorias na comunidade. Aqui, cabe demarcar a diferença dos termos subsistência e autossustento, em que recorrentemente o primeiro termo é usado sob um olhar romantizador e cristalizado no tempo, em que qualquer atividade de troca, caracteriza comércio/obtenção de lucro. Por “autossustento”, na leitura feita neste estudo, entende-se as atividades que propiciam a manutenção das práticas sociais e o bem viver dos indivíduos em questão, ainda que para isso sejam realizadas vendas de produtos e serviços (sem deixar de considerar a escala e a intensidade). Desse modo, propõe-se a substituição do termo *bens de subsistência* por bens de autossustento. O que de certo modo é abordado por Witkoski (2010) no Capítulo 4 do livro, O “Camponês e o mito de Sísifo”.

Ademais, como síntese da proposta de *águas de trabalho para o turismo*, sugere-se a ampliação para outros ambientes amazônicos além da várzea, ainda que isso exija uma revisão na categoria *ribeirinho-camponês* amazônico proposta por Witkoski (2010). A pesca esportiva é uma atividade presente em diversas comunidades ao redor da Amazônia e não pode ser deixada de lado na análise sobre o mundo das águas e a relação dos ribeirinhos com ela. Assim como em outros tipos de pesca, respeita o ciclo das águas e, do mesmo modo que a pesca como atividade extrativista, também visa o autossustento das famílias, inclusive a obtenção de proteína animal, ainda que de forma indireta.

Percebe-se também, na pesca esportiva, hábitos derivados dos *índios das águas*, os antecessores do ribeirinho amazônico (WITKOSKI, 2010), como as noções de lugar, de tempo propícios a pesca de cada espécie. E ao considerar a cultura como viva e em processo de transformação, em que as tradições são a todo tempo revisitadas e atualizadas (GRUNEWALD, 2003; RENGGER; ROBSBAWN, 2008; SANTOS; CONTI; SILVA, 2019) a prática da pesca esportiva se torna uma marca cultural dos povos e comunidades que a praticam, ainda que datem de tempos coetâneos.

Considerações Finais

O estudo visou refletir e propor a ampliação da categoria sociológica águas de trabalho. Pensar a pesca esportiva em contexto amazônico requer compreender o *modus vivendi* do ribeirinho que tece a sua vida às margens dos rios e lagos, dos quais tira sua principal fonte de proteína e, também, o “excedente” para comercialização. Dessa forma, propôs-se ao longo do texto a inclusão da pesca esportiva nas *águas de trabalho*, pautando essa fenômeno-atividade como indissociável do *habitus* de diversas comunidades amazônicas.

Revisitou-se ainda as categorias *lagos livres* e *bens de subsistência*, sugerindo-se atualizações de modo a comportar a complexa rede de sociabilidades do ribeirinho amazônico, que ao contrário do que pregam as visões anacrônicas com vieses funcionalistas, está longe de ser cristalizada e imutável.

Considera-se, mediante as discussões propiciadas por este estudo, a imperiosidade de se pensar e analisar a pesca esportiva a partir de um par dialógico de atividade comercial/atividade de autossustento. mapeando as controvérsias e aproximações entre objetivos individualistas de maximização de lucro e objetivos coletivos em prol do bem viver.

Durante o processo de tessitura do texto, buscou-se articular as categorias que envolvem o modo de vida, a pesca artesanal, a pesca comercial e a pesca esportiva considerando uma reflexão ecossociológica acerca das *águas de trabalho* para o turismo, visto que a dinâmica de vida, a sociabilidade dos ribeirinhos, o conhecimento e os saberes e fazeres são importantes para compreender os efeitos sociais e ecológicos sobre o território.

Ao reconhecer os conflitos presentes na dinâmica da pesca esportiva, ressalta-se a imperiosidade de uma agenda de estudos que enfoque essa questão de modo a destrinchá-la e aprofundá-la, ressaltando os impactos sociais e ecológicos causados às comunidades e aos estoques pesqueiros, bem como o posicionamento das empresas de turismo, Estado e instituições ambientais acerca desse cenário. Por fim, alerta-se sobre a necessidade de uma revisão sistemática de literatura e análise de políticas públicas em torno da discussão teórico-conceitual sobre o turismo de pesca na Amazônia e no Brasil.

Referências

AMAZONAS, **Decreto no 22.747, de 26 de junho de 2002**, que regulamenta a pesca esportiva, recreativa e de subsistência no estado.

AMAZONAS. **Lago do Acajatuba terá recorde de pesca com benefício direto para mais de 400 famílias**. Disponível em: Lago do Acajatuba terá acordo de pesca com benefício direto para mais de 400 famílias (<www.amazonas.am.gov.br>). Acesso em ago. 2021.

AMAZONAS, **Decreto Lei no 39.125, de 14 de junho de 2018**. Regulamento a pesca amadora no Estado do Amazonas revoga o Decreto no 22.747, de 26 de junho de 2002, e dá outras providências.

AMAZONASTUR. **Governo do Estado discute diretrizes para o ordenamento da pesca esportiva no Amazonas**. Disponível em: <<http://www.amazonastur.am.gov.br/governo-do-estado-discute-diretrizes-para-o-ordenamento-da-pesca-esportiva-no-amazonas>>. Acesso em ago. 2021.

AMAZONASTUR. **Temporada de pesca esportiva deve atrair 30 mil turistas ao Amazonas**, 2023. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/temporada-de-pesca-esportiva-deve-atrair-30-mil-turistas-ao-amazonas/>>. Acesso em: ago. 2023.

ANGEL, F. A. R.; SIMONIAN, L. T. L. **Pesca Deportiva: ¿la corte constitucional mordió el anzuelo?** No prelo.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Turismo de Pesca: Orientações Básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAÑAS, R.P.A. Conflitos Silenciosos: A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CHAVES, M. P. S; SIMONETTI, S.; LIMA, M. S. Pueblos Ribereños de La Amazonía: haberes y habilidades. **Interações**, v. 9, n. 2, 2009.

FURTADO, L. G. (2006). Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazonia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago, 2006.

- CUNHA, L.H.O. Significados Múltiplos das Águas. *In*: DIEGUES, A.C. (Org.) **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.
- GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GRUNEWALD, R.A. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 6a ed. 2008.
- LABORDA, M. **Turismo pesquero em comunidades tradicionais amazônicas: conflitos y posibilidades**. ALBA SUD, oct. 2023. Disponível em: <<https://www.albasud.org/noticia/es/1632/turismo-pesquero-en-comunidades-tradicionales-amazonicas-conflictos-y-posibilidades>>. Acesso em: ago. 2023.
- LABORDA, M.; SCHERER, E. Dinâmica(s) de Trabalho Ribeirinho-campestino na Amazônia: reflexões a partir da regulação do metabolismo social da natureza. Em: SCHERER, E. F.; CARVALHO, L. G.; JUSTAMAND, M. **Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS)**, n. 32, v. 32.
- LOPES, K.; OLIVEIRA, P.; LUIZ, F.; RAMIRES, M. O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 2, 2022.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Pesca**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- MORAES, R.C.P. **As mulheres do manejo de pirarucu de Maraã / Amazonas**. 2010. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/RAFAEL.pdf>>. Acesso em ago. 2021.
- RAMOS, A.R. O índio hiper-real. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.10 n.28,1995.
- SANTOS, M.L.; CRUZ, J.G.; S., C.L. Indígenas na cidade de Manaus: promoção da diversidade cultural em espaços com a presença do turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v.19, n.2, 2019.
- SANTOS, M.L. Gestão do Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã/Amazonas (**Dissertação** de Mestrado apresentada ao PPGTUR/UFF), Niterói-RJ, 2019. Disponível em: <<http://www.ppgtur.uff.br/index.php/publicacoes/dissertacoes>>. Acesso em ago. 2021.
- SANTOS, M.L.; SILVA, M.H.; CONTI, B.R. Memória Coletiva, Gestão de Recursos Comuns e Turismo no Amazonas. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.09, Dossiê especial Memória e Turismo, 2019.
- SANTOS, M.L.; CONTI, B.R. **Turismo de Pesca em Unidades de Conservação da Amazônia: reflexões a partir do território**. *No prelo*.
- SARAIVA, N. S.; VITÓRIO, L. S. Interseções entre Pesca Esportiva, Políticas Públicas e Especismo. Em: VITÓRIOS, L. S.; GHEDIN, L. M.; OLIVEIRA, K. (Orgs). **Turismo no Contexto Amazônico**: pesquisa em tempos de adversidades. Boa Vista – RR: GEPTTEC/IFRR, 2022.

SILVA, E.I.; LIMA, I.B. O potencial econômico e turístico da pesca esportiva na Amazônia setentrional. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov. 2014 – jan. 2015.

DIOGENES, A. M.; SCHERER, E. F. O lugar da pesca de camarão em Parintins: as camaroeiras e o seguro defeso. *In*: Maria do Rosario de Fatima Leitao. (Org.). **Pesca, Turismo e Meio Ambiente**. Recife: EDUFRPE, 2014, v. 01, p. 123-144.

OLIVEIRA JUNIOR, F. Diagnóstico do potencial da atividade de pesca esportiva no Rio Cuieiras, na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista. **Dissertação** apresentada ao Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2019. Manaus-AM: INPA.

OVIDO, A.; BURZSTYN, M. A quem confiamos os recursos comuns? Estado, mercado ou comunidades – lições aprendidas com o manejo de pesca na Amazônia. **Sociedade e Estado**, v.18, n.1-2, p.177-198, 2003.

WITKOSKI, A.C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2010.

Notas:

¹ As comunidades ribeirinhas são entendidas como aquelas que vivem às margens dos rios amazônicos e de seus afluentes e que em função deles realizam suas atividades de autossustento (CHAVES; SIMONETTI; LIMA, 2007). Ainda que a “noção” ribeirinho seja considerada como categoria de referência não-nativa, conforme assevera Furtado (2006), auxilia a compreender as dinâmicas de organização social e os modos de produção da vida.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão das bolsas de doutorado e produtividade, respectivamente, às autoras deste estudo.

Mayra Laborda Santos: Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil.

E-mail: mayra_laborda@id.uff.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0061829196465186>

Elenise Faria Scherer: Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil.

E-mail: elenisefaria@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9963969899295818>

Data de submissão: 29 de agosto de 2022

Data de recebimento de correções: 04 de novembro de 2022

Data do aceite: 23 de dezembro de 2022

Avaliado anonimamente